

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 843302, resolve:

Nº 101 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, ROSA JANAINA DE LACERDA MARCELINO ABDON para exercer o cargo, em comissão, de AUXILIAR PARLAMENTAR PLENO, AP-07, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão COMDIR/TRSUPL - Gabinete do Terceiro Suplente de Secretário.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 843506, resolve:

Nº 102 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, MARIA DO ESPIRITO SANTO PEREIRA SOARES para exercer o cargo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no órgão GABSEN/GSAOLI - Gabinete do Senador Ataídes Oliveira.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, e tendo em vista o que consta no processo eletrônico número 843505, resolve:

Nº 103 - exonerar, a pedido, na forma do disposto no art. 35, inciso II, da Lei nº 8.112, de 1990, FLÁVIO CESÁRIO REGIS DE CARVALHO, matrícula nº 259631, do cargo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR SÊNIOR, AP-12, do órgão GABSEN/GSAMON - Gabinete do Senador Armando Monteiro, a partir de 09/01/2018.

MARCIO TANCREDI

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### PORTARIA Nº 5, DE 11 DE JANEIRO DE 2018

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no uso de suas atribuições e com base na Emenda Regimental nº 36, de 2 de dezembro de 2009, resolve, por solicitação da Ministra Rosa Weber:

Designar o Juiz de Direito FERNANDO BRANDINI BARBAGALO, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para atuar como Juiz Instrutor em seu Gabinete, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Min. CÁRMEN LÚCIA

### CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 107, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso VIII do artigo 33 da Lei n. 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Declarar vago, desde 11 de dezembro de 2017, o cargo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Programação de Sistemas, do quadro de pessoal deste Conselho, ocupado por RAPHAEL AUGUSTO SOUZA DE MELO, em razão de sua posse em outro cargo público, inacumulável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### SECRETARIA DO TRIBUNAL

#### PORTARIA Nº 14, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Designar GRACE PORTO DOS SANTOS VERAS, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Programação de Sistemas, para substituir o Secretário de Tecnologia da Informação, Nível CJ-3, no dia 10.1.2018.

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

#### ATO Nº 3, DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante do Processo Administrativo TST nº 505.171/2017-9, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ao servidor HELEONARDO RAMOS DE OLIVEIRA, código 6499, no cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Segurança, Classe C, Padrão 13, com fundamento no art. 3º, incisos I a III, e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005; no art. 62-A da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001; e no art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, em conformidade com o Acórdão nº 2.076/2005-Plenário do Tribunal de Contas da União.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO  
SECRETARIA

#### ATO Nº 3, DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA SUBSTITUTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante dos Processos TST nº 504.046/2017-1 e TST nº 504.268/2017-9, considerando o memorando nº 04 da Coordenadoria de Saúde Complementar, de 10/1/2018, resolve:

1 - Dispensar a servidora MARIA CRISTINA RIOS NUNES, código 27372, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Assistente 5, Nível FC-5, da Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, com efeitos a contar de 8 de janeiro de 2018, em virtude de sua aposentadoria.

2 - Dispensar a servidora MARIA VITÓRIA COSTA, código 10526, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Apoio de Serviços Diversos, da função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Divisão Médica, com efeitos a contar de 8 de janeiro de 2018, em virtude de sua aposentadoria.

3 - Designar o servidor DELANO COSTA BARBOSA, código 54235, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Análise de Sistemas, para exercer a função comissionada de Assistente 2, Nível FC-2, da Divisão Médica.

JOSÉ RAILTON SILVA RÊGO

#### ATO Nº 4, DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA SUBSTITUTO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, considerando o constante do memorando nº 03, de 9/1/2018, da Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos, resolve:

Dispensar a servidora ISABELA PRAXEDES DE LIMA MEIRELES, código 61104, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do encargo de substituta legal e eventual do titular da função comissionada de Supervisor da Seção de Classificação, Autuação e Distribuição de Recurso de Revista, Nível FC-5, da Coordenadoria de Classificação, Autuação e Distribuição de Processos.

JOSÉ RAILTON SILVA RÊGO

### TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

#### ATO Nº 5409598, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais, e considerando o decidido no PAe 0031011-21.2017.4.01.8008, RESOLVE: DESIGNAR o Juiz Federal ITELMAR RAYDAN EVANGELISTA, da 20ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, para responder pela Direção do Foro daquela Seccional no período de 08 a 19/01/2018, em virtude de afastamentos da Diretora e da Vice-Diretora do Foro.

Desembargador Federal HILTON QUEIROZ

#### ATO Nº 5410725, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso das suas atribuições legais e considerando o decidido no PAe 0007837-77.2017.4.01.8009, resolve:

I - FAZER CESSAR, a partir de 18/12/2017, a designação do Juiz Federal ROBERTO LUIS LUCHI DEMO de que trata o Ato Presi 1122, de 06/12/2017; e

II - DESIGNAR o Juiz Federal FREDERICO PEREIRA MARTINS para, sem prejuízo na Vara Única da Subseção Judiciária de Juína/MT, participar do mutirão na Turma Recursal de Mato Grosso de que trata o Ato Presi 1122, de 06/12/2017.

Desembargador Federal HILTON QUEIROZ

#### PORTARIA Nº 5418218, DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no PAe 0031029-42.2017.4.01.8008, resolve:

I - COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Sede da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 93, I, da Lei 8.112/1990, c/c a Resolução nº 05/2008-CJF, a servidora CRISTIANE BAETA MAGIRIUS, Analista Judiciária, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Sede da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, para exercer função comissionada, a partir de 11/01/2018.

II - REVOGAR a cessão para Subseção Judiciária de Montes Claros, autorizada pela Portaria PRESI 296, de 27/09/2017, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 29/09/2017.

Desembargador Federal HILTON QUEIROZ

#### PORTARIA Nº 5418428, DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0003361-87.2017.4.01.8011, resolve:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Sede da Seção Judiciária do Estado do Piauí, nos termos do art. 93, I, da Lei 8.112/1990, c/c a Resolução nº 05/2008-CJF, o servidor MARCO ANTONIO RODRIGUES LIMA, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Engenharia Civil, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Sede da Seção Judiciária do Amapá, para exercer função comissionada.

Desembargador Federal HILTON QUEIROZ

### TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

#### ATO Nº 1.159, DE 8 DE JANEIRO DE 2018.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no artigo 96, inciso I, alínea "b", da Constituição da República, bem como no Processo Administrativo nº 0067081-04.2017.4.03.8001, resolve:

DECLARAR VAGO, a partir de 10 de novembro de 2017, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 2, do quadro de pessoal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ocupado pela servidora MARÍLIA CRUVINEL GUIDORIZZI.

CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES

Desembargadora Federal Presidente

#### ATO Nº 1.160, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no artigo 96, inciso I, alínea "b", da Constituição da República, bem como no Processo Administrativo nº 0068924-04.2017.4.03.8001, resolve:

EXONERAR, a pedido, a partir de 30 de novembro de 2017, ANDERSON ALESSANDRO DE SOUZA, servidor do quadro de pessoal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Classe A, Padrão 04, nos termos do artigo 34 da Lei nº 8.112/90.

CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES

Desembargadora Federal Presidente

#### ATO Nº 1.161, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no artigo 96, inciso I, alínea "b", da Constituição da República, bem como no Processo Administrativo nº 0068026-88.2017.4.03.8001, resolve:

EXONERAR, a pedido, a partir de 21 de novembro de 2017, ANDRÉIA MARIA ARAKAKI, servidora do quadro de pessoal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 02, nos termos do artigo 34 da Lei nº 8.112/90.

CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES

Desembargadora Federal Presidente